



REQUERIMENTO Nº. /2026

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Franca/SP.

DESPACHO.

Encaminha-se.

Sala de Sessões, ___/___/___.

Presidente

O vereador que a este subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer nos termos regimentais, **informações detalhadas sobre o recebimento de verbas impositivas e demais transferências ao Município de Franca (2022 a 2026).**

Nos termos do art. 31 da Constituição Federal, art. 150 e seguintes do Regimento Interno desta Casa, bem como com fundamento no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e no princípio da publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal, requeiro ao Poder Executivo Municipal que preste, de forma clara, objetiva, detalhada e formal, as seguintes informações:

- **Das Verbas Impositivas:** Informar todas as verbas impositivas recebidas pelo Município de Franca nos exercícios de: 2022, 2023, 2024, 2025, 2026.

Devendo constar obrigatoriamente:

- A) Nome do parlamentar autor da emenda (Deputado Federal, Deputado Estadual ou Senador);
- B) Valor destinado;
- C) Ano da indicação e do pagamento;
- D) Órgão ou entidade beneficiária (Secretaria, Fundo, entidade, etc.);
- E) Finalidade específica da verba;
- F) Situação da execução (paga, empenhada, liquidada ou em execução).



- **Das Demais Transferências e Recursos:** Informar, no mesmo período (2022 a 2026), todos os demais recursos recebidos pelo Município, ainda que não classificados como emendas impositivas, incluindo: transferências voluntárias; transferências especiais ("emendas PIX"); convênios com União e Estado; recursos oriundos de programas estaduais e federais; com a mesma discriminação detalhada exigida no item anterior.
 - **Da Transparência e Controle:** Considerando que este vereador já apresentou requerimento anterior com o mesmo objeto e, até a presente data, não obteve resposta adequada, requer-se:
 - A) Justificativa formal para a ausência de resposta anterior;
 - B) Indicação do responsável pelo não atendimento;
 - C) Esclarecimento sobre eventual descumprimento dos prazos legais previstos na Lei de Acesso à Informação.
 - **Da Impropriedade de Respostas Genéricas:** Registra-se que não se mostra aceitável a simples orientação para consulta em site institucional, uma vez que:
 - A) O dever constitucional de prestar informações é ativo e direto;
 - B) O vereador possui prerrogativa legal de fiscalização, não podendo ter seu direito substituído por busca genérica em portais;
 - C) A informação pública deve ser prestada de forma organizada, consolidada e inteligível, conforme determina a legislação vigente.
 - **Do Interesse Público:** A presente solicitação se justifica diante de informações amplamente divulgadas na imprensa local, indicando que:
 - A) O município recebeu valores reduzidos de emendas parlamentares em comparação ao volume de votos destinados a parlamentares sem vínculo regional;
 - B) Há necessidade de transparência quanto à efetiva destinação de recursos públicos;



C) O fortalecimento da representatividade política local depende de dados concretos e auditáveis.

- **Do Prazo e Responsabilização:** Requer-se o envio das informações no prazo legal, sob pena de:
 - A) Comunicação aos órgãos de controle, como o Ministério Público e Tribunal de Contas;
 - B) Adoção das medidas cabíveis por eventual violação aos princípios da administração pública, especialmente publicidade e transparência.

Diante do exposto, solicito o encaminhamento das informações acima descritas e desde já agradeço a atenção dispensada.

Câmara Municipal, 27 de abril de 2026.

Vereador Marcelo Tidy